

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### Objetivo:

Contratação Processo Licitatório para CONCESSÃO SOBRE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E PARQUE DE DIVERSÕES POR EMPRESA GESTORA DE EVENTOS, durante a 39ª Festa do Colono, localizado no Parque do Agricultor, de acordo com o orçamento requisitado.

Analisar a viabilidade da concessão intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto está acima indicado.

**Área requisitante da contratação:** Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana

## I – INFORMAÇÕES GERAIS

### 1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Jorge Andriani	Assessor Executivo	2679101	<a href="mailto:jorge.andriani@itajai.sc.gov.br">jorge.andriani@itajai.sc.gov.br</a>

## II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

### 2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana realiza anualmente a tradicional Festa Nacional do Colono, evento que reúne um **total de 100 mil pessoas** nos quatro dias de festa.

Destaca-se que o município de Itajaí, como um todo, não dispõe dessa Prestação de Serviço para a realização do evento sem a necessidade dessa contratação.

Este procedimento licitatório visa à autorização de uso de bem público para exploração da CONCESSÃO SOBRE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO E PARQUE DE DIVERSÕES POR EMPRESA GESTORA DE EVENTOS no período de 24 a 27 de julho de 2025, durante a 39ª Festa do Colono, localizado no Parque do Agricultor.

A empresa vencedora do certame deve atender ao presente regulamento, no interior do local denominado “Parque Municipal do Agricultor” durante o evento supra citado e em conformidade com o respectivo contrato assinado pelas partes.

Este procedimento licitatório visa a concessão e exploração comercial sobre o estacionamento e o parque de diversões durante o evento acima indicado, destinado aos visitantes.

Tal venda deve ocorrer por funcionários e formatos fornecidos pela vencedora do certame, com as instalações necessárias ao seu funcionamento e com a respectiva gestão comercial.

### **3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A contratação destes serviços está prevista no Plano Anual de Contratações.

### **4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

#### **4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Certificado de Registro da empresa (pessoa jurídica);

b) Capacidade Operacional (pessoa jurídica): A empresa proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ter executado serviços compatíveis com os objetos da presente licitação em característica operacional com público mínimo de 50 mil pessoas durante todo o período do evento. Isto faz-se a necessário uma vez que o Evento anterior teve uma expectativa de público de 100 mil pessoas transeuntes.

b.1) Informações mínimas exigidas na apresentação dos documentos (certidão, declaração ou atestado):

- Nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento;
- Identificação do evento;
- Local e data do evento;
- Número de público e descrição completa dos serviços prestados.
- O proponente deverá também anexar ao atestado de capacidade técnica, uma nota fiscal do serviço e/ou cópia do contrato ou empenho do serviço realizado.

c) Capacidade Profissional (pessoa física):

O responsável técnico (pessoa física) deverá, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovar experiência na execução de serviço compatível com os objetos da presente licitação.

e) Orientações Gerais:

A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do profissional.

f) Certificado de Registro da empresa (pessoa jurídica): A empresa proponente deverá comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), compatível com o objeto da licitação.

g) Capacidade Operacional (pessoa jurídica): A empresa proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e acompanhado pela respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU/CREA do profissional, ter executado serviço compatível com o objeto do presente processo.

h) Certificado de Registro do profissional (pessoa física): Apresentar registro e/ou certidão de inscrição junto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do responsável técnico pela condução dos serviços.

- i) Capacidade Profissional (pessoa física): O responsável técnico (pessoa física) deverá, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e acompanhado pela respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA/ CAU, comprovar experiência na execução de serviço compatível com o objeto do presente processo.
- j) A comprovação do vínculo empregatício do profissional será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do profissional.
- k) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA, devidamente atualizada.
- l) O profissional indicado deverá participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização à comprovação de qualificação técnica exigida nestes itens.
- m) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.
- n) Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização à comprovação de qualificação técnica exigida;
- o) Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

**5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor R\$</i>
01	Valor da concessão pela exploração dos serviços de estacionamento e parque de diversões por empresa gestora de eventos durante a 39ª Festa Nacional do Colono.	<b>R\$ 55.520,42</b>

### **Descrições conforme cronograma abaixo:**

O processo licitatório na modalidade pregão eletrônico tem por objetivo a contratação de empresa para exploração dos serviços de estacionamento e parque de diversões por empresa gestora de eventos durante a 39ª festa do colono de Itajaí no período de 24 a 27 de julho de 2025.

É de suma importância que os procedimentos licitatórios atinentes a presente contratação deverá estar finalizado e a empresa já contratada até o final de maio de 2025, auxiliando no planejamento e na distribuição dos espaços autorizados.

### **III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

**6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

A Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana realiza anualmente a tradicional Festa Nacional do Colono, evento que reúne um **total aproximado de 100 mil pessoas** nos quatro dias de festa.

Durante o transcorrer deste grandioso evento, é notória a necessidade de disponibilização de um estacionamento seguro aos visitantes, que pagarão por este serviço e terão comodidade em acessar a festa.

Da mesma forma o parque de diversões, que garantirá entretenimento de qualidade a todos os visitantes, notadamente as crianças.

Desta forma, a disponibilização terceirizada deste tipo de exploração por empresa licitada se demonstra a melhor assertiva, proporcionando um serviço de qualidade e uma receita ao Município de Itajaí, contribuindo com o financiamento da festa.

Tal licitação já ocorreu nas festas anteriores e, por esta vivência, se demonstra a melhor forma no fornecimento das bebidas em geral.

#### **7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Conforme orçamentos prévios obtidos por meio de pesquisa de preços realizada, verificou-se o valor total de referência para o presente processo licitatório é o recebimento mínimo de R\$ 55.520,42.

#### **IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

#### **8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Conforme estipulado no item 6, com a finalidade fomentar e explorar os serviços de estacionamento e parque de diversões por empresa gestora de eventos, a solução escolhida será a abertura de licitação para a concessão e exploração destes serviços durante a 39ª festa do colono de itajaí no período de 24 a 27 de julho de 2025.

A vencedora deverá custear toda a estrutura necessária ao desempenho das atividades licitadas.

#### **9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

A presente licitação não será dividida em itens diferentes para uma melhor organização dos espaços do estacionamento e do parque de diversões, que comporão a área externa do evento.

#### **10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes

para que o objetivo desta contratação seja atingido.

#### **11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

O objeto desta contratação visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Primeiramente, ao optar pela contratação de empresas especializadas, espera-se uma redução substancial nos custos operacionais. Empresas especializadas possuem experiência e eficiência na execução dos serviços, o que resulta em menor tempo de execução e redução de desperdícios de materiais. Essa eficiência operacional contribui para uma significativa economia de recursos financeiros, uma vez que os custos são otimizados e os serviços são realizados dentro dos prazos estabelecidos, evitando gastos adicionais decorrentes de atrasos ou retrabalhos.

Além disso, a contratação de empresas externas permite um melhor aproveitamento dos recursos humanos da administração pública. Com a ausência de servidores capacitados para esses serviços específicos, a terceirização libera a força de trabalho existente para se concentrar em suas funções principais, aumentando a produtividade e a eficiência geral da administração. Isso garante que os servidores possam focar em atividades estratégicas e administrativas, ao invés de serem alocados para tarefas operacionais para as quais não têm a devida qualificação.

No que diz respeito aos recursos materiais, empresas especializadas geralmente possuem acesso a equipamentos e tecnologias avançadas que a administração pública pode não ter disponível ou não ter recursos para adquirir. O uso desses equipamentos modernos não só melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também reduz o tempo de execução e a necessidade de manutenção futura, prolongando a durabilidade das obras realizadas.

A economicidade também é promovida pela competitividade do processo licitatório. A seleção de empresas através de licitação pública garante que os contratos sejam firmados com fornecedores que oferecem o melhor custo-benefício, maximizando o retorno sobre o investimento. A concorrência entre as empresas participantes do processo licitatório assegura que os preços sejam justos e competitivos, evitando superfaturamento e garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente.



Ademais, a terceirização destes serviços permite uma flexibilidade orçamentária maior. A administração pública pode ajustar os contratos conforme as necessidades e a disponibilidade de recursos, contratando serviços apenas quando necessário e evitando despesas fixas com manutenção de equipes internas e equipamentos que podem não ser utilizados continuamente.

Por fim, a garantia de qualidade nos serviços contratados é outro resultado pretendido. Empresas especializadas são obrigadas a cumprir padrões de qualidade estabelecidos no contrato, e a administração pública pode exercer um controle rigoroso sobre a execução dos serviços, garantindo que os resultados atendam às expectativas e às normas técnicas vigentes. Isso contribui para a satisfação da população e a preservação do patrimônio público, evitando gastos futuros com reparos e manutenção corretiva.

Em suma, a contratação de empresas especializadas para estes serviços específicos proporciona uma gestão mais eficiente e econômica dos recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo resultados de alta qualidade, otimização dos custos e melhor alocação das atividades internas da administração pública.

**12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

#### **Verificação de Regularidade Jurídica e Fiscal da Contratada:**

- Comprovação de que a empresa selecionada atende aos requisitos de habilitação jurídica e fiscal, incluindo a apresentação de certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas, conforme exigido no edital.

#### **Análise e Aprovação dos Documentos Necessários:**

- Conferência e validação de toda a documentação exigida para formalização do contrato, incluindo a proposta final e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante vencedor.

#### **Confirmação de Previsão Orçamentária e Financeira:**

- Comprovação da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a cobertura das despesas geradas pelo contrato.

#### **Publicação dos Resultados da Licitação**



- Divulgação dos resultados da licitação e adjudicação do objeto ao vencedor, conforme previsto na legislação e no edital, garantindo a transparência do procedimento.

#### **Designação de Gestor e Fiscal do Contrato:**

- Nomeação formal do gestor e, se necessário, do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Formalização do Contrato:**

- Formalização do instrumento contratual por escrito, com a assinatura das partes e registro do contrato em sistema oficial, quando aplicável.

#### **Publicação do Extrato do Contrato:**

- Publicação do extrato do contrato em meio oficial, como forma de assegurar a transparência e a publicidade do ato administrativo.

### **13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Não há impactos ambientais que podem ser gerados unicamente em razão de contratações geradas a partir desse objeto. Todavia a empresa deverá efetuar o descarte de resíduos gerados pela prestação de serviço em local adequado, em conformidade com a Lei Federal 1235/2010.

Fica a CONTRATADA comprometida a proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores.

### **14. Responsáveis pela Elaboração do ETP**

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
--------------------	-------------------------

Jorge Andriani

Matrícula 2679101

Itajaí, 10 de março de 2025

Flavia Cristina Faita Sehn

Matrícula: 2196802

Itajaí, 10 de março de 2025

**15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

**ITAJAÍ/SC, 26 DE MARÇO DE 2025.**

---

Jorge Andriani  
Matrícula 2679101

---

Flavia Cristina Faita Sehn  
Secretária de Agricultura e Expansão Urbana